

NO DISTRITO DE MARARA PROVÍNCIA DE TETE

Mulheres de Cassoca apreensivas ao futuro das suas famílias na zona de reassentamento



As mulheres da comunidade de Cassoca, no distrito de Marara, província de Tete, centro de Moçambique, estão efectivamente apreensivas, relativamente ao futuro das suas famílias, na zona de reassentamento. São obrigadas abandonar as suas terras, concessionadas a uma mineradora indiana, que explora carvão mineral.

Elas reconhecem que as novas habitações que a empresa indiana lhes construiu são adequadas. Mas, muito para além de casas, a vida contém outros valores, tão ou mais importantes que uma casa de cimento: "Não vamos poder levar connosco o mulambe (embondeiro ou baobá) nem o tumbwe (outra árvore silvestre de grande porte) para continuarmos a evocar os nossos antepassados em cerimónias tradicionais. Lá onde vamos, no reassentamento, também não

há espaço para construirmos a "caimba" (casa dos vovós). Mas é importante informarmos aos nossos ancestrais que fomos expulsos da terra nativa e vamos para outro lugar, com muitas incertezas". Assim se expressam as mulheres da comunidade de Cassoca, Distrito de Marara, Província de Tete, ora em processo de transferência para Nhamatua, aldeia de reassentamento.

São cerca de 289 famílias nativas de Cassoca, cujos antepassados viveram por cima dessa riqueza, o carvão mineral, durante longos anos. Com a chegada, em 2008, do Grupo Jindal Africa, de capitais indianos, confirmou-se a existência de minerais que justificaram o início de sua exploração em 2012.

Cenário de fome parece inevitável

Uma vez que as famílias de Cassoca estão sendo retiradas das suas terras

para o local de reassentamento, sem antes lhes serem atribuídas machambas de substituição, o cenário de fome parece inevitável, muito em breve. A maior dificuldade associa-se ao facto de Marara ser um distrito localizado em zona montanhosa.

"Este novo lugar é definitivo; não temos como encontrar outro para viver. Na altura da guerra fugimos de Cassoca para Chirodzi. Quando a guerra acabou voltamos às nossas terras de origem e retomamos a vida, normalmente. Agora não temos como regressar a Cassoca porque a empresa Jindal já levou as nossas terras", afirma Khesserina Mulinganiza.

Por seu lado, Natália Paulino, que aguarda a transferência da sua família para a nova casa no bairro de reassentamento, mostra-se com receio sobre o futuro, e diz que não ter a certeza de que vai deixar as suas terras de Cassoca, pois estas são férteis e produzem muita

Continia na página 4

JR MEDIA

846685016-

825654258

jrmedia2016@gmail.com

Mulheres de Cassoca preensivas ao futuro das suas famílias na zona de reassentamento

► comida, contrariamente às da zona de reassentamento.

A maioria das mulheres locais comungam deste sentimento. O reassentamento vai ocorrer numa área rochosa que, por isso mesmo, não permite trabalhar a terra para fazer machambas. E, “estranhamente”, o governo não garantiu – como lhe compete! – a atribuição de machambas de substituição a estas famílias!

Febe Tiago e Khesserina Mulinganza, mães de Cassoca, dizem não ter qualquer contestação relativamente ao tipo de casas construídas. Consideram-nas bonitas e grandes. Até porque a sua transferência de Cassoca vai lhes permitir “descansar” de inalar poeira da extracção de carvão a céu aberto, a que viviam sujeitos desde 2012! Contudo, inquieta-as o facto de serem transferidas para uma zona rochosa, sem terra arável para a prática da agricultura. “Estou habituada a acordar de manhã e ir à machamba, aonde me ocupo o dia todo com trabalhos de agricultura e pastorí-

cia. “Agora, acordar, ficar sem nada a fazer está a ser muito difícil”, reclama Febe.

Valor da indemnização

Segundo informações veiculadas no local pela agência SEKELEKANI, a empresa Jindal Africa terá indemnizado cada família a ser reassentada, por perda do direito de ocupação de terra, com o valor de 119.250,00 Mts (cento e dezanove mil, duzentos e cinquenta Meticais) por hectar. Entretanto, deste valor fez-se, deduziu-se um desconto de 40% (47.700,00 Mts por hectar), alegadamente para custear a abertura de novas machambas.

O valor da indemnização a pagar pelas machambas foi repartido e será pago em prestações durante dois anos, o que corresponde a 2.981,25 Mts mensais. Estranhamente, diz-se que o governo e a empresa não conseguiram até agora, identificar espaço para tais novas machambas.

Conselho autárquico iniciou com campanha de árvores

O Conselho Municipal iniciou em parceria com a empresa Venture S.P.A. a campanha de plantação de árvores na zona da Área 4 iniciada em 16 de Junho.

O evento enquadra-se numa campanha que visa a protecção ambiental, restauração da paisagem urbana e no qual a responsabilidade é partilhada e desenvolvida pelas autoridades locais e privadas. O Conselho Municipal juntou aproximadamente 100 voluntários, designadamente membros do Conselho Municipal e empresas da Área 4, incluindo a Venture S.P.A. (Mozambique), a Eni, ExxonMobil, KOGAS e a Empreza de Hidrocarbonetos.

jrmedia2016@gmail.com